

Processos de territorialização, transmissão de conhecimentos e educação escolar indígena: paralelos entre o Quebec (Canadá) e o Nordeste brasileiro ¹

Lara Erendira Almeida de Andrade (INRS/Canadá)²

Resumo: Reflito o tema da transmissão de conhecimentos indígenas a partir da observação de dois contextos regionais: a província do Quebec (QC), no Canadá, e a Região Nordeste (NE), no Brasil. A partir de um olhar de longa duração observo os processos de territorialização pelos quais os povos indígenas do que veio a se transformar América passaram desde a invasão europeia até a contemporaneidade. Mais do que um estudo comparativo, minha ideia parte da perspectiva de que, apesar das trajetórias coloniais que os levaram a lugares opostos no nível global, há três elementos estruturantes comuns que permitem uma análise transversal das realidades indígenas. Em primeiro lugar, como Povos que sofreram as consequências das políticas coloniais desde o primeiro contato, as nações que habitavam o que veio a ser o Quebec e do Nordeste compartilham uma longa história de expropriação territorial e coabitação forçada com povos não indígenas. Em segundo lugar, o tema da educação para esses povos vai além das questões de escolarização. Do lado estatal, reúne estratégias de dominação e tentativas de aculturação dos povos originários. Para os povos indígenas, assumir a responsabilidade pela educação se alinha a um movimento de descolonização e afirmação de sua autonomia, com foco na reapropriação dos conteúdos pedagógicos e no ensino das línguas e saberes indígenas. Em terceiro lugar, durante a segunda metade do século XX, esses povos criaram alianças com outras Nações Indígenas e fundaram organizações dedicadas à educação escolar indígena e a transmissão de suas culturas.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é pós-doutoranda vinculada à Réseau DIALOG – Réseau de recherche et de connaissances relatives aux peuples autochtones, do INRS – Instituto Nacional de Pesquisas Científicas do Instituto Nacional de Pesquisas Científicas (Québec/Canadá). E-mail: laraerendira@gmail.com.

INTRODUCTION

Podemos traçar paralelos entre contextos sociopolíticos e ambientais tão distantes quanto o Canadá e o Brasil? Olhando para os temas propostos – conhecimentos tradicionais e políticas educacionais estatais para indígenas – pode parecer que estamos nos distanciando ainda mais: os dois foram colonizados por países diferentes, não têm nenhuma língua em comum e têm orçamentos muito diferentes para políticas sociais –um país do Norte e o outro do Sul Global.

Em minha pesquisa, adoto uma abordagem que explora diferentes níveis, começando com a análise dos dois países e depois focando mais especificamente nas regiões de Quebec (QC) e Nordeste do Brasil (NE). Parto da perspectiva de que, apesar das trajetórias coloniais que levaram a regiões opostas do mundo, há elementos que permitem uma análise transversal das realidades indígenas:

- Os povos indígenas de Quebec e do Nordeste do Brasil sofreram as consequências das políticas coloniais desde os primeiros contatos, compartilham uma longa história de expropriação territorial e coabitação forçada com não-indígenas (COOK, 2013; OLIVEIRA FILHO, 2016).
- O tema da educação vai além de simples questões de escolarização. Do lado do Estado, engloba estratégias de dominação e tentativas de aculturação dos povos indígenas. Para estes últimos, a assunção da responsabilidade pela educação é acompanhada por um movimento de decolonização e de afirmação de sua autonomia, enfatizando a reapropriação dos conteúdos educacionais e o ensino das línguas e conhecimentos indígenas (LÉVESQUE; POLÈSE, 2015); (BANIWÁ, 2006).
- Na segunda metade do século XX, os povos indígenas dessas regiões formaram alianças com outras nações e criaram organizações para se encarregar da educação e da transmissão de sua cultura (BAINES, 2007).

CATEGORIAS QUE APOIAM A MINHA LEITURA

Situação colonial e territorialização

Para analisar esses contextos, recorro a estudos sobre contatos interétnicos no Brasil, em particular nos escritos de Oliveira (2018) e Baines (2018). Baines é o antropólogo pioneiro dos estudos comparativos Brasil- Canadá. Seus mais de trinta anos de pesquisa ressaltam que esses dois países são "novas nações", ex-colônias de potências europeias, noção de Cardoso de Oliveira (OLIVEIRA; RUBEN, 1995) devidamente retomada, que sublinha o colonialismo, que, de certa forma, prolonga os processos de dominação e conquista inaugurados com a invasão do que viria a ser a América.

Por outro lado, Oliveira (2018) traz a ideia de territorialização. Nessa perspectiva, o encontro entre povos indígenas e Estados nacionais deve evidenciar as diferentes *situações coloniais*³ e a dimensão territorial.

A dimensão estratégica para pensar a incorporação das populações indígenas dentro de um Estado-nação é, na minha opinião, territorial e não a dos intercâmbios culturais. Do ponto de vista da organização estatal e da burocracia que a incorpora, a administração consiste em gerenciar territórios e populações (Elias, 1987), dividi-los em unidades espaciais menores e hierarquicamente relacionadas (Revel & Anastácio, 1989), definir fronteiras e demarcar fronteiras (Bourdieu, 1980). (Tradução livre da autora) (OLIVEIRA FILHO, 2018, p. 4).

³ Oliveira (2018) argumenta que essa categoria – criada por (BALANDIER, 1955) para examinar o contexto dos povos africanos submetidos à dominação europeia no século XX – pode ser retomada por nós em termos diferentes da soberania política nacional, pois as populações afetadas pelo colonialismo nem sempre estão localizadas em outro país ou não são consideradas como uma unidade desse tipo. No caso da América Latina, essa noção é retomada de modo muito particular para observar como "a qualificação do colonialismo também se aplica às formas de colonialismo praticadas dentro dos limites políticos de uma mesma nação (Casanova, 1963; 2003; Cardoso de Oliveira, 1978 [1966])" (Oliveira, 2018, cf. p. 4).

Essa perspectiva ilustra que mesmo comunidades que não têm o território como elemento central na organização social da vida, passam por um processo de mudança social com o avanço da *fronteira colonial*⁴, chamada de *territorialização*⁵:

A noção de territorialização apresentada a seguir pretende descrever uma intervenção na esfera política que associa prescritivamente indivíduos e grupos a fronteiras geográficas bem definidas. É esse ato de poder estatal, constitutivo de objetos étnicos e instituições de arbitragem e resolução de conflitos, que nos propomos a utilizar como ponto de partida para a pesquisa antropológica sobre os povos e culturas indígenas do Brasil. A territorialização refere-se a processos amplos de reorganização social que, a partir do estabelecimento de uma ligação entre sujeitos sociais e um segmento espacial, envolvem: 1) a criação de uma nova unidade social e a emergência de uma identidade étnica diferenciada; 2) o desenvolvimento de normas políticas e instrumentos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre a terra, os recursos ambientais e o trabalho; 4) a

⁴ "Existe, no entanto, um certo contexto em que este muda drasticamente e o território assume um papel hegemônico em relação a outros princípios organizadores da vida social. Isso acontece quando um povo perde sua condição de autonomia relativa e, geralmente em função de guerras, trocas comerciais desfavoráveis ou conversão religiosa maciça, um status colonial é estabelecido. As terras e os recursos ambientais a que esse povo antes tinha acesso em plenitude, passam a integrar uma fronteira, ou seja, uma região de expansão econômica, na qual agentes externos estabelecem uma nova forma de usufruto e administração." (Oliveira, 2018, p. 4).

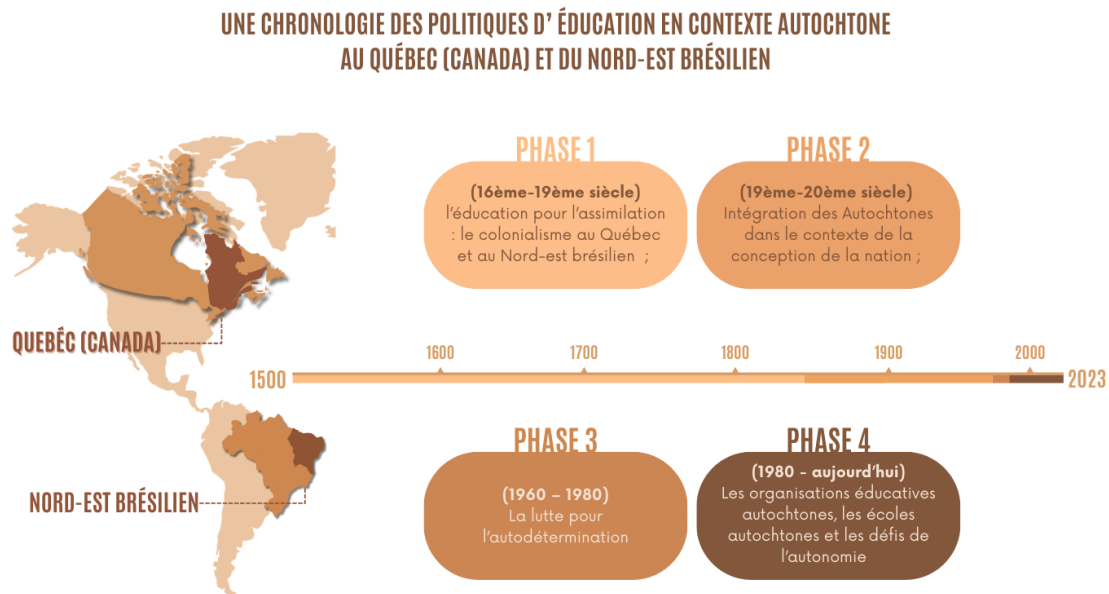
⁵ "Ao falar de territorialização, estamos nos referindo não às territorialidades específicas, circunstanciais e muitas vezes antagônicas, mas a processos políticos complexos, que ocorrem em várias escalas e impulsionados por atores movidos por interesses e ideologias distintas e até contraditórias. Na realidade, estamos apontando em direção análoga à indicada por Dawson, Zanotti e Vaccaro (2014), cuja coleção recente trata a territorialidade como um processo de negociação, reunindo estudos de caso de diferentes continentes. A territorialização expressa as razões do Estado, mas os interesses dos grupos privados e a voracidade da expansão capitalista pelo mundo também se expressam claramente no mesmo; Do outro lado da moeda, surgem concepções indígenas de tempo, pessoa e natureza do mundo, a construção de novas sagas e utopias. A teoria de que a ordem política emana de um poder absoluto e soberano (Hobbes, 2014 [1651]) leva à suposição de que o reconhecimento do território só pode ocorrer em uma instância superior, o Estado, que atua como árbitro em relação aos direitos dos grupos. A posição aqui adotada é diferente, [...] são as comunidades indígenas mobilizadas que delimitam e impõem o respeito aos seus territórios. É esse campo político conflituoso, distendido no tempo e integrando a história recente do Brasil e suas conexões globais, que estamos denominando territorialização. Em sua dialética, todo processo de territorialização implica conflito e sobreposição de territórios (Said, 1999), em movimentos diaspóricos (Brah, 1996; Clifford, 1997), bem como nas desterritorializações e reterritorializações (Deleuze e Guattari, 1976). Um trabalho etnográfico e analítico da maior significação pode ser realizado sobre isso¹³. Essa noção dialoga e incorpora orientações críticas da teoria antropológica atual, absorvendo preocupações com a etnografia do exercício do poder (Marcus, 1998), com a análise da variação como central para a atualização cultural (Barth, 1993), com a criatividade dos sujeitos sociais (especialmente dos dominados) (Scott, 1990; Comaroff, 2006). Ao contrário do que se costuma supor, a hipótese que desenvolvemos [...] é a de que a luta de um povo ou comunidade indígena pela aquisição e reconhecimento de um território que concebe como seu constitui o ponto-chave para a apreensão do sentido das transformações em que estão envolvidos. Isso afeta profundamente seus costumes, as manifestações atuais de seus saberes e suas expressões identitárias, que não podem ser ignoradas por uma investigação antropológica". (OLIVEIRA, 2018, p. 7).

reelaboração da cultura e sua relação com o passado. (Tradução livre da autora) (OLIVEIRA, 2018, p. 5).

Observo, no caso dos estudos, que a atribuição de uma base territorial foi o cerne das políticas educacionais de aculturação e que, conseqüentemente, modificou as instituições e as manifestações culturais locais.

PRIMEIROS RESULTADOS

Uma cronologia para construir pontes



Meu principal instrumento para a análise dos dados e para a apresentação de reflexões, é feito a partir de uma cronologia. Ela foi construída a partir da revisão de textos sobre a história da educação escolar indígena no Quebec ((HOT, 2010; LÉVESQUE; POLÈSE, 2015) e no Nordeste/Brasil (ALMEIDA, 2001; FERREIRA, 2001) A leitura mostra que é possível encontrar semelhanças que sugerem uma cronologia inicial. Para esta publicação da RBA partilho ideias gerais dos primeiros resultados com reflexões sobre a dinâmica entre os séculos XVI e XVIII.

Os primeiros contatos e entrepostos comerciais

As primeiras décadas após a chegada dos europeus não garantiram seu domínio sobre os territórios dos povos indígenas que habitavam o que viria a ser a América. Ao falar sobre o caso Quebec, por exemplo, Cook (2013) diz que é possível argumentar que foi antes "a incerteza e o medo que coloriram os primeiros contatos de ambos os lados, os episódios de cooperação e convivência entre povos indígenas e europeus [...]" (Cook, 2013, p. 57).

Não havia monopólio comercial, nem foram fundadas cidades ou instalações administrativas e militares. Interesses comerciais mobilizaram viajantes de várias origens: espanhóis, portugueses, holandeses, franceses, bascos etc. Foram estabelecidos *entrepósitos comerciais e feitorias* – localização central do contato interétnico, que gerou o primeiro processo de territorialização.

Em ambos os casos não foram encontrados metais preciosos, o comércio era baseado em círculos de trocas entre europeus e nativos. No NE para a extração de *pau-brasil*, fonte do corante vermelho escuro para tecidos. No QC para atividades sazonais de pesca, caça à baleia e, em menor escala, o comércio de peles (COOK, 2013; TREMBLAY, 2013)

No que toca as questões dos conhecimentos indígenas, não falamos ainda de uma política estruturada de assimilação nesta fase inicial. Cook (2013) sugere que houve, especialmente "[...] a possibilidade de subjugação dos europeus em detrimento dos povos indígenas, ou a possibilidade de uma ascensão e não de um declínio das culturas e nações indígenas como resultado desses contatos" (p. 57). Um dos exemplos citados pelo autor é o uso de línguas indígenas para o comércio, "duas das quais merecem destaque: um *pidgin* basco-Mi'kmaq na região da atual Nova Escócia e um *pidgin* basco-Innu no baixo vale de São Lourenço" (p. 65). No Brasil, de forma semelhante, a língua materna dos povos indígenas da região costeira, com os quais os portugueses tiveram o primeiro contato, foi utilizada como língua comum até ser proibida em meados do século XVIII. Conhecido como *Tupi Antigo*, deixou um legado no português brasileiro, principalmente no vocabulário atual.

No NE, o tempo dos primeiros contatos é mais curto, estendendo-se por não mais de meio século, enquanto no QC dura até o século XVII. Nesse período do século XVI, os europeus,

com a colaboração dos indígenas, conseguiram traçar um mapa preciso do litoral das Américas e lançaram políticas para a colonização do território.

A Fundação de Colônias e as Terras de Missão

O segundo processo de territorialização ocorre quando estruturas administrativas são estabelecidas, colonos europeus começam a se estabelecer no "Novo Mundo" e as coroas tentam obter um monopólio comercial.

No caso do sul, a nova etapa começou com a fundação da cidade de Salvador, em 1549, que se tornou a capital do império colonial português na América do Sul. O foco mudou do comércio para o controle territorial. Os portugueses introduziram o sistema de *plantation* da cana-de-açúcar, um modo de produção voltado para a exportação para metrópole, e que levou ao surgimento de novos elementos no cenário: latifúndios, monocultura e sistema escravista.

Quando começou a colonização [Brasil], a força de trabalho baseava-se unicamente no trabalho compulsório dos índios que viviam em missões ou eram presos durante o combate, que eram transformados em escravos temporários. Mais tarde, após a importação maciça de escravos africanos para os canaviais – atividade que gerava enormes lucros para ricos comerciantes e gerava dividendos para a Coroa – os índios passaram a ser direcionados para circuitos econômicos menos valorizados (produção de alimentos) ou para trabalho não remunerado (obras públicas, expedições extrativistas, milícias). (Tradução livre da autora). (Oliveira, 2018, p. 8).

Aqui, é importante ter dimensão que o sistema escravista nos comunica informações que vão além do aspecto econômico. Para nós, que queremos observar a dinâmica do conhecimento, é importante entender que estamos falando de todo um novo sistema de conhecimento que está chegando com essas populações de diferentes etnias que foram trazidos a força de África. Foram os povos com os quais os indígenas fizeram contatos, alianças militares e matrimoniais baseadas em uma relação de poder muito diferente daquela com os portugueses, e que influenciaram os modos de vida indígenas. Segundo dados da

plataforma Viagens de Escravas⁶, entre 1551 e 1875 5 milhões de pessoas foram traficadas para o Brasil, sendo 960.475 para Pernambuco e 1.736.308 para a Bahia.

No caso do norte, o acontecimento significativo foi o estabelecimento de um local para a administração colonial, em 1630, "uma presença francesa permanente, embora frágil, impôs-se em um local estratégico no São Lourenço, chamado Khebek - Quebec" (COOK, 2013, p. 58). Neste novo contexto, o comércio de peles ocupou o lugar como atividade econômica central, antes "uma atividade acessória à pesca do bacalhau e, no caso dos bascos, à caça à baleia" (COOK, 2013, p. 63) Ao contrário da pesca, o comércio de peles foi o resultado de um comércio com os povos indígenas que só tomou forma no final do século XVI.

Se, por um lado, as atividades econômicas de QC e NE a partir daí seguirão caminhos diferentes - um com *engenhos de cana-de-açúcar* e outro com *postos de comércio de peles*. Por outro lado, na "fundação da colônia" as metrópoles investiram no povoamento do território. Essa tentativa de controle territorial e o estabelecimento do monopólio comercial não foram nada pacíficas. O século XVII caracterizou-se por conflitos que opunham os diversos interesses desses cenários:

1. Guerras Coloniais – entre nações europeias, que traduziram guerras de escala global em nível localⁱ ;
2. Guerras de Conquista – com a resistência dos povos indígenas à expropriação de seus territórios e à imposição de interesses comerciais e alianças militaresⁱⁱ ;
3. No caso do Nordeste brasileiro, houve rebeliões de pessoas trazidas da África para trabalhar como escravosⁱⁱⁱ.

No que diz respeito à questão dos saberes indígenas, gostaria de salientar que ambos acrescentaram um componente religioso católico semelhante às estratégias políticas e econômicas – a partir daí, podemos falar de uma verdadeira política de assimilação dos povos indígenas.

⁶ <https://www.slavevoyages.org/>

O espírito desse novo momento pode ser captado na literatura europeia sobre populações indígenas. Se, num primeiro momento, tivemos retratos idílicos e românticos do encontro com o "Novo Mundo", o segundo momento é marcado por uma inflexão, onde o retrato passa a ser o de "selvagens", que "precisam ser salvos". Narrativa que foi a base para justificar ações de dominação e conversão – uma cruzada pela catequização.

Esse segundo processo de territorialização agrega uma nova camada, um outro lugar de encontro e incorporação dos índios ao fluxo de dominação colonial: as *terras de missão*. Como modelo "ideal", essas terras permaneceram sob a responsabilidade da *Companhia de Jesus*, baseada na ideia de ser o lugar para "civilizar" os *índios* e os que se tornaram súditos leais do rei - no caso francês com base na ideia de *francização*, no caso português com base na ideia de torná-los "índios dóceis". Isso foi possível a partir de uma sobreposição de estratégias:

- A desapropriação de terras indígenas, transformando-as em enclaves sob o controle da Igreja;
- A função de agrupar, catequizar e sedentarizar os nativos;
- Local de fundação de escolas religiosas e promoção da agricultura e costumes europeus;
- Pedagogia do "isolamento": em um primeiro momento, os padres católicos proibiam o acesso a esses locais a qualquer outra pessoa para "proteger" os índios contra o que consideravam ser o "mau exemplo dos colonos" (GOHIER, 2013; MEDEIROS, 1993)
- Os religiosos aprenderam e registraram línguas indígenas como ferramenta de catequização.

Outra faceta desse mesmo movimento é que ele permitiu a "libertação" das terras vizinhas para os recém-chegados colonizadores europeus. Até então, no início do século XVIII, a ocupação colonial ocupava principalmente áreas litorâneas. No caso do Nordeste, o litoral e as margens de alguns rios, no caso de Quebec, o vale do rio Sanit Lawrence. Hoje, essas são as áreas mais densamente povoadas das duas regiões, e os povos indígenas que aí residem perderam sua autonomia sobre seus territórios, reduzidos a pequenos lotes de terra.

Notas para continuidade da pesquisa

Vimos neste texto que, a partir do século XVI, as duas regiões foram levadas para o mercado mundial, como fontes de abastecimento para a Europa. Seja para alimentar a o mercado da moda, fornecendo peles de animais para a confecção de chapéus e corante vermelho escuro para tecidos; seja para abastecer as mesas europeias com açúcar e peixes; ou ainda para iluminar as ruas e lubrificar as máquinas com óleo de baleia (WOLF, 2009)

Durante minha pesquisa, procuro ter o cuidado de observar as variações. Cada uma das metrópoles adotou variadas estratégias de dominação, o que levou a diferentes experiências nessas regiões, ligadas a interesses comerciais, condições ambientais, equilíbrio de poder em guerras por domínios ultramarinos etc. Há também variações ao longo da história que promoveu diferentes políticas. Também é importante notar que, embora as políticas tivessem um desenho inicial, sua implementação não necessariamente prosseguiu como as Coroas havia previam.

Assim, a lacuna que existe entre o desenvolvimento de grandes projetos coloniais e sua implementação aparece menos como uma inconsistência ou falta de rigor na aplicação das políticas do que como resultado da relação entre colônias e metrópoles, na qual os povos indígenas são frequentemente instrumentalizados por aqueles que buscam estabelecer sua autoridade dentro da sociedade colonial. (Tradução livre da autora). (GOHIER, 2013, p.114)

A partir das ideias gerais dos dois primeiros processos de territorialização que narrei ao longo deste texto, é possível perceber que há aspectos comuns e diferentes entre eles. No entanto, em alguma medida, a construção da imagem dos povos indígenas durante essa transição para a fundação da colônia lançou as bases para a política de aculturação, da ideologia integracionista e tutelar como política de Estado. A educação para a assimilação inclui a maior parte do tempo histórico, que envolve vários atores e gera consequências diretas sobre os modos de vida dos nativos, que desejo continuar estudando no avanço das pesquisas. Essa lógica só mudou no contexto das mobilizações dos indígenas pela autodeterminação na década de 1970.

Notas

ⁱ **Guerras coloniais:** as guerras de Estado-nação europeu pela dominação de terras ultramarinas tiveram impactos nas regiões de pesquisa. Destaco duas empresas da *Companhia Holandesa das Índias Ocidentais*, que exerceram importante influência no século XVII.

Nova Holanda (1621-1664): colônia estabelecida no início do século XVII, localizada entre as colônias britânicas da Virgínia e da Nova Inglaterra, localizava-se a sudeste do rio São Lourenço (QC), depois os ingleses assumiram o controle dela – atual Nova York;

Brasil holandês (1624-1654): colônia holandesa estabelecida em parte do nordeste brasileiro. Foi somente após a expulsão dos holandeses que a Coroa portuguesa iniciou sua política de colonização do interior, para o semiárido.

Outro exemplo é a tentativa de controle francês sobre a América do Sul:

França equinocial (1612-1615): os esforços de colonização francesa na América do Sul, ao longo da linha do Equador, resultaram na fundação da cidade de São Luís, hoje capital do estado do Maranhão. Inicialmente, a área foi estabelecida como um entreposto comercial francês.

ⁱⁱ **Guerras de conquista:** Muitos conflitos resultaram das reações indígenas às tentativas de dominação europeia. Eles se mobilizaram com diferentes tamanhos e estratégias ofensivas. Seja aliando-se a outro grupo indígena, às vezes com europeus rivais, é uma chance baseada em seus interesses econômicos e militares, bem como em seus conflitos com outras nações indígenas. Cito aqui um exemplo para cada região:

Guerra dos "Bárbaros" (1683-1713): conflito entre portugueses e *tapuias* (nação indígena diferente dos tupis do litoral). Tudo começou após a expulsão dos holandeses, quando os portugueses retomaram seu avanço em direção ao interior, em direção ao semiárido (para criação de gado e abastecimento de carne à colônia). O avanço da fronteira colonial gerou vários focos de resistência onde os índios se uniram contra as tentativas de dominação portuguesas. Apesar de suas diferenças, as autoridades reais classificaram-nas como a "Guerra dos Bárbaros".

Guerras Franco-Iroquesas (168?-1701) - Conflito entre franceses e iroqueses (agrupamento de grupos indígenas que habitam as terras ao sul do rio São Lourenço). Por um lado, os franceses (aliados dos hurons) estavam interessados em um monopólio comercial, enquanto, por outro lado, os iroqueses tinham uma parceria com a Nova Holanda [mais tarde substituída pelos ingleses] para o comércio de peles.

ⁱⁱⁱ **República dos Palmares: Durante** quase cem anos (1605-1694), formou-se um território autônomo à beira dos engenhos coloniais do NE, sob o controle de negros escravizados que conseguiram escapar da dominação dos colonos portugueses/holandeses. A República dos Palmares foi formada pela união de uma dezena de comunidades, chamadas de quilombos. Estima-se que, em seu auge, poderia ter reunido mais de vinte mil pessoas. A população era composta por pessoas de diferentes etnias africanas, além de indígenas que haviam aderido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. A. **A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: limites e possibilidades da escola indígena da.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco., 2001.

BAINES, S. G. A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL, NA AUSTRÁLIA E NO CANADÁ A PARTIR DAS ESTATÍSTICAS: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA. **Série Antropologia**, v. 411, 2007.

BANIWÁ, G. DOS S. L. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. Ministério da Educação, 2006.

COOK, P. Les premiers contacts vus à travers les sources documentaires européennes. Em: BEAULIEU, A.; GERVAIS, S.; PAPILLON, M. (Eds.). **Les Autochtones et le Québec. Des premiers contacts au Plan Nord**. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2013.

FERREIRA, M. K. L. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. Em: SILVA, A. L. DA; FERREIRA, M. K. L. (Eds.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. 2. ed. ed. São Paulo: Global, 2001. p. 71–111.

GOHIER, M. Les politiques coloniales françaises et anglaises à l'égard des Autochtones. Em: BEAULIEU, A.; GERVAIS, S.; PAPILLON, M. (Eds.). **Les Autochtones et le Québec. Des premiers contacts au Plan Nord**. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2013. p. 113–134.

HOT, A. L'école des Premières Nations au Québec. **Cahier DIALOG**, n. 2010– 01, 2010.

LÉVESQUE, C.; POLÈSE, G. **Une synthèse des connaissances sur la réussite et la persévérance scolaires des élèves autochtones au Québec et dans les autres provinces canadiennes. Rapport de recherche.**: Cahier DIALOG no 2015-01. Montréal: DIALOG , INRS, 2015.

MEDEIROS, M. DO C. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)**. João Pessoa: Ideia, 1993.

OLIVEIRA, R. C. DE; RUBEN, G. R. (EDS.). **Estilos de antropologia**. Campinas, SP, Brasil: Editora da Unicamp, 1995.

OLIVEIRA FILHO, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA FILHO, J. P. FIGHTING FOR LANDS AND REFRAMING THE CULTURE. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 15, n. 2, 8 nov. 2018.

TREMBLAY, R. La présence autochtone dans le Québec méridional avant l'arrivée des Européens. Em: BEAULIEU, A.; GERVAIS, S.; PAPILLON, M. (Eds.). **Les Autochtones et le Québec. Des premiers contacts au Plan Nord**. Montreal: Presses de l'Université de Montréal, 2013. p. 37–54.

WOLF, E. R. **A Europa e os Povos sem História - EduspEdusp**. São Paulo: Edusp, 2009.